

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

ica dos sistemas
stória Económica,
foi consolidando,
s do século XVIII
sboa), passando p
ulo XIX e primeir

Económica, História

A história económica tem as suas origens em duas disciplinas, a economia e a história (Franklin Mendels, «Économie. Histoire économique», 1986, p. 215). O processo conducente à sua autonomia, face à história geral – em voga até aos finais do século XVIII –, passou por diversas fases. Inicialmente, começou por chamar-se a atenção para a relevância dos factos económicos, no contexto historiográfico geral, os quais passaram a ser objeto de investigação. Tal ocorreu em ambientes políticos e culturais diversos, no âmbito do iluminismo e da política fisiocrática de finais de Setecentos, bem como no do liberalismo e desenvolvimento do capitalismo, posteriormente. Na transição do século XIX para o XX foram criadas disciplinas de história económica em algumas universidades estrangeiras, o que já revela uma certa maturidade deste novo domínio da respetiva investigação: Harvard (primeira cadeira de história económica no mundo anglo-saxónico, em 1893); Manchester (1910); Cambridge (1928); Oxford (1931); e London School of Economics, em Londres (1931). No Colégio de França, Pierre-Emile Levasseur (1828-1911) instalou, de 1871 a 1911, a cadeira de *Histoire des doctrines économiques* (Id., *Idem*, pp. 216-217). Publicaram-se revistas dedicadas à temática, bem como estudos históricos acerca de vários aspetos da economia e do desenvolvimento económico. A partir da criação, em Estrasburgo, da revista *Annales d' Histoire Économique et Social* (1929) e, nos Estados Unidos da América do Norte, do *Journal of Economic History* (1941), a história económica – frequentemente ligada à história social, sobretudo em França – registou um desenvolvimento significativo, passando a ser objeto privilegiado de pesquisa das escolas históricas *nova história* e *nova história económica*. Graças a obras de autores de referência, publicadas na década de 1930 (como Simon S. Kuznets, François Simiand, C. Ernest Labrousse e Earl J. Hamilton), «nascia uma nova história económica, fundamentalmente estatística». Assim, como já foi sublinhado, «a história económica não passa, no fundo, de economia política dos sistemas ou estruturas evolutivas» (V. Magalhães Godinho, *Introdução à História Económica*, 1970, pp. 51-53). Em Portugal, também a nova área de investigação se foi consolidando, embora lentamente e com algum desfasamento temporal, desde os finais do século XVIII (sobretudo devido à importante ação da Academia das Ciências de Lisboa), passando pela investigação e publicação de trabalhos na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. Este processo intensificou-se através da atividade desempenhada por autores com estatuto



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

diferenciado – não só historiadores de formação mas também economistas, engenheiros e juristas –, no pós-II Guerra Mundial e, de modo ainda mais notório, na sequência das transformações operadas após o 25 de Abril de 1974. Acerca da evolução da história económica na época contemporânea, dispomos já de algumas sínteses da autoria, entre outros, de Vitorino Magalhães Godinho (1971), Joel Serão (1971), Álvaro Ferreira da Silva (1999), João Paulo Avelãs Nunes (1995), Luís Miguel Duarte (s./d.) e José Amado Mendes (1994; 1996). Para a consolidação e estruturação da história económica em Portugal, tem sido justamente sublinhada a ação dos historiadores mais destacados, como Oliveira Martins, Alberto Sampaio, João Lúcio de Azevedo, António Sérgio, Virgínia Rau, Jorge Borges de Macedo, Armando Castro, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Todavia, também outros nomes deverão ser recordados, pelo facto de, nas suas investigações ou ações, terem dado igualmente o seu contributo para o estudo dos factos económicos e da própria história económica e sua afirmação, como área de pesquisa e ensino, a promover e desenvolver (por exemplo, José Acúcio das Neves, Rebelo da Silva, Henrique da Gama Barros, Adriano Antero, Francisco António Correia, Artur Águedo de Oliveira, Charles Verlinden, Fernando Piteira Santos, António de Oliveira e Miriam Halpern Pereira). O desenvolvimento da história económica em Portugal muito beneficiou de contactos dos historiadores mais relevantes com o desenvolvimento da investigação histórica de ponta noutras paragens. Recordem-se as relações estreitas estabelecidas com o que de melhor se fazia em diversos outros países, resultantes do elevado grau de internacionalização dos historiadores portugueses mais destacados, como se verificou no período de finais dos anos de 1940 até aos inícios da década de 1970, embora com maior frequência entre 1960 e 1974. Entre outros, refeiram-se Virgínia Rau, Jorge Borges de Macedo, Vitorino Magalhães Godinho, A. H. de Oliveira Marques e Miriam Halpern Pereira. Essas relações revestiram-se de várias formas: participação e apresentação de comunicações em eventos internacionais, realização de conferências, investigação efetuada em centros de investigação, arquivos e bibliotecas ou mesmo através de longa permanência em universidades e centros de investigação. Também as preocupações com a teoria, filosofia e metodologia da história, bem como com o pensamento económico – patentes, por exemplo, nos trabalhos de Borges de Macedo, Magalhães Godinho e Armando Castro – muito contribuíram para enriquecer e reforçar a afirmação da história económica na última fase do período estudado (décadas de 1950-60).

No longo processo de formação e consolidação da história económica em Portugal distinguem-se três fases: a 1.^a – finais do século XVIII ao fim de Oitocentos; 2.^a – primeiras três décadas do século XX; 3.^a – anos de 1940 a 1974. **1.^a fase** (finais do séc. XVIII-fim de Oitocentos). Estas fases correspondem, *grosso modo*, aos períodos de divisão do pensamento económico “Economia clássica”, “Pensamento eclético”, “Corporativismo” e Síntese neoclássica-keynesiana” (Carlos Bastien, *A divisão do pensamento económico...*, 2000). Nos inícios do despertar da atenção para as questões económicas destacou-se o papel da Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada em 1779, através da publicação das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa* (5 ts., 1789-1815). Um primeiro significado de que as *Memórias* são



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

portadoras consiste no seguinte: «elas consubstanciam um processo de sensibilização e reflexão sobre os problemas económicos nacionais que, no quadro institucional da Academia das Ciências de Lisboa, gradualmente se vinha consolidando» (José Luís Cardoso, «Introdução», *Memórias Económicas da Academia...*, t. I, 1990, p. XIX). Tratava-se de fazer um levantamento rigoroso das potencialidades económicas e dos problemas do país, com vista a desenvolvê-lo; mas a iniciativa também contribuiu para a obtenção de um conhecimento mais aprofundado de aspetos que, mais recentemente, vieram a fazer parte dos programas científico-pedagógicos da história económica. Uma parte considerável da dita obra incidia, precisamente, sobre “problemas e mecanismos económicos” (Id., *Idem*, p. XXVII; Idem, *O pensamento económico em Portugal...*, 1989 pp.35-123). De certo modo, já então se cultivava a modalidade historiográfica que, atualmente, se denomina “história do presente”. Nas primeiras décadas de Oitocentos há a destacar **José Acúrsio das Neves** (1766-1834). Tratou-se de uma figura contraditória, absolutista em política mas liberal em política económica (A. Almodovar e A. Castro, *Obras Completas de...* vol. I, 1983, pp. 19-20). Todavia, também já foi considerado como «um dos mais lúcidos espíritos da primeira metade do século XIX e, sem dúvida, uma das maiores figuras do pensamento económico em Portugal» (J. Tengarrinha, «Neves, José Acúrsio das (1766-1834)», *Dicionário...* p. 143-144). Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra desempenhou, entre outras, as funções de juiz de fora e corregedor em Angra do Heroísmo (ilha Terceira, Açores), deputado da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações, deputado da direção da Real Fábrica das Sedas e Obras das Águas Livres, além desembargador da Relação do Porto. Como já foi salientado, o autor «procura diagnosticar o atraso da economia portuguesa, sustentar a liberdade empresarial, as vantagens da maquinofactura e da introdução da energia a vapor e, em geral, enunciar os rumos da industrialização do país» (Carlos Bastien, *A divisão...*, 2000, p. 14). Da sua obra económica destacam-se: *Varietades sobre Objectos Relativos às Artes, Comércio e Manufacturas* (1814 e 1817); *Memória sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa...*(1820) e *Considerações Políticas e Económicas sobre os Descobrimentos...* (1830). Análise mais completa da sua biografia e obra encontra-se nos estudos introdutórios ao I vol. das *Obras Completas* do autor (pp. 15-136), de António Almodovar (ver também o artigo no *Dicionário Histórico de Economistas Portugueses*, 2001, pp. 221-225) e de Armando Castro. As duas décadas e meia que se seguiram à Revolução Liberal de 1820 não foram propícias ao desenvolvimento da investigação histórica, pelo que pouco há a assinalar. Já no período imediato se registaram novidades. Em primeiro lugar, temos a monumental obra historiográfica de **Alexandre Herculano** (1810-1877) que provocou uma autêntica revolução na perspetiva e no método de fazer história, conferindo-lhe um carácter científico e de rigor, do que muito beneficiaram as futuras gerações. Da sua obra historiográfica – sem olvidar a relevante produção literária –, salientam-se: *História de Portugal: 1.ª época, desde a origem da monarquia até D. Afonso III* (1846-1853); *História da Origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal* (1854-1859); e *Portugaliae Monumenta Histórica* (1856-1873). Embora as questões económicas não tivessem merecido de Herculano



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

especial atenção, o seu contributo deve ser lembrado. Por um lado, ao alertar para a necessidade de se abandonar a história tradicional dos indivíduos eminentes e de se criar uma história da sociedade: «busquemos a história da sociedade e deixemos um pouco a dos indivíduos» (*apud* Oliveira Marques, *Antologia da historiografia...*, vol. 1974, p. 30). Ora, na história da sociedade, cabe não só a história social mas igualmente a história económica. Por outro, ao publicar um impressionante acervo de fontes arquivísticas (*Portugaliae Monumenta Histórica*), colocou à disposição de futuros historiadores elementos essenciais para a sua pesquisa, do que muito viriam a beneficiar Alberto Sampaio, Francisco Martins Sarmiento, Oliveira Martins e tantos outros, até ao presente. A própria definição de história de Herculano (1846) – «ciência social destinada a enriquecer o futuro com a experiência do passado» (Jorge Borges de Macedo, «A “História de Portugal nos séculos XVII e XVIII”...», 1971, p. 14) – aponta para a valorização de outras vertentes da realidade, inclusive a económica, para além dos tradicionais domínios político, militar e diplomático. Também atento às condições económicas do país estava Luís A. **Rebello da Silva** (1822-1871). Após estudos preparatórios (em Lisboa), frequentou a Universidade de Coimbra (Matemática), mas abandonou o curso por motivos de saúde. Dedicou-se, em seguida, aos estudos humanísticos, tendo exercido posteriormente várias funções, entre as quais a de professor do Curso Superior de Letras, fundado por D. Pedro V (1859), no qual lecionou a cadeira de História. Da sua vasta obra destaca-se a *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII* (5 vols., 1860-1871). Ainda que sem o relevo que dedicou à história política, militar, administrativa e diplomática, Rebello da Silva ocupou-se igualmente de temáticas da história económica, em várias passagens da dita obra: “A agricultura, o comércio e a indústria”, “Crise da fazenda real. Rendimentos e despesas” (vol. 3, livro II); “Os tecelões de Lisboa” (*Idem*); “Estado económico do paiz”. “Estagnação das fontes de riqueza”. “A agricultura, a indústria e o commercio”. “Quebra dos rendimentos públicos” (vol. IV, livro V). Foca ainda a história económica, de forma mais sistemática e desenvolvida, no vol. IV, cujo livro VI é dedicado, precisamente, ao “Estado economico e social da economia”: “População e agricultura”; “Industria fabril”. Contudo, ao comércio deu maior desenvolvimento. Assim, compreendem-se as afirmações de J. Borges Macedo: «A sua obra constitui a primeira história política que comporta orgânicamente uma história económica definida como tal». E conclui: «A história económica portuguesa foi iniciada com Rebello da Silva» (Borges de Macedo, *Idem*, pp. 100 e 118). Joaquim Pedro de **Oliveira Martins** (1845-1894) foi outra figura maior da nossa historiografia, cuja obra é vastíssima e multifacetada, contemplando vários temas das ciências humanas e sociais. Impedido de prosseguir estudos liceais (por ter ficado órfão de pai, em 1857), trabalhou em atividades diversas: comércio, administrador de uma mina em Espanha (Santa Eufémea, Córdoba), construção do caminho de ferro do Porto à Póvoa e elaboração do *Inquérito Industrial de 1891* (Região Norte). Politicamente, exerceu as funções de deputado, por Viana do Castelo, administrador da “régie” dos tabacos e ministro da Fazenda (em 1892, durante 4 meses). Foi não só um grande escritor e intelectual, como eminente historiador, não pela profundidade da investigação arquivística mas pelo estilo, criatividade e arrojo das interpretações com que perspetivou a realidade



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

histórica portuguesa, tendo influenciado muito futuras gerações de investigadores (João Lúcio de Azevedo, António Sérgio, Magalhães Godinho e outros). Encarava com pessimismo a historiografia do seu tempo, que considerava extinta, desde a publicação da *História de Portugal*, de Herculano (Oliveira Martins, «Notas sobre a historiografia em Portugal», 1972, p. 604). Da sua vasta obra económica, sobressaem: *A circulação fiduciária* (1878), *Política e Economia Nacional* (1885) e o *Projecto de Lei do Fomento Rural* (1887). Este foi apresentado ao Parlamento, tendo beneficiado do parecer e contributo do seu amigo Alberto Sampaio. Nestes e noutros trabalhos, o autor foca temas tão variados como a emigração e o fomento agrário, a industrialização e o desenvolvimento, a propriedade e a circulação fiduciária. Também vulto destacado da historiografia do período em análise foi **Alberto Sampaio** (1841-1908), para cuja obra e sua relevância se tem vindo a chamar a atenção, especialmente desde as comemorações dos 150 anos do seu nascimento (1841-1991), em Guimarães (*Actas...*, 1995) e das realizações levados a cabo, aquando de centenário do seu falecimento (1908-2008), no âmbito das quais foi reeditada a sua obra (Sampaio, 2008). Concluídos os estudos preparatórios, dirigiu-se a Coimbra, em cuja Universidade cursou Direito, tal como seu irmão José Sampaio. Após a conclusão dos estudos universitários (1863), rumou a Lisboa, a fim de aí trabalhar, mas não lhe agradou a experiência, pelo que em breve regressou ao “seu” Minho. Numa primeira fase, completou a sua formação, lendo, viajando, colaborando na imprensa e noutras atividades (organizou e dinamizou a Exposição Industrial de Guimarães de 1884), trabalhando no Banco do Minho e convivendo com Antero de Quental, Oliveira Martins, Martins Sarmiento, Luís de Magalhães, Eça de Queirós e Teófilo Braga. Já na fase de maturidade – meados dos anos 1880-1908 –, dedicou-se persistentemente à construção da sua obra historiográfica, cujos títulos principais são: *A propriedade e a cultura do Minho* (1885), *O Norte Marítimo* (1889), *As Vilas do Norte de Portugal* (1895) e *As Póvoas Marítimas* (1905-1908). Já tivemos o ensejo de sublinhar os aspetos mais inovadores da obra de Alberto Sampaio (José Amado Mendes, “Introdução” a *Obras*, 2008, pp. 9-27 e *Idem*, «Alberto Sampaio...», no prelo). Na esteira de Oliveira Marques, Alberto Sampaio tem sido considerado o “pai” – ou “o verdadeiro criador” – da história económica em Portugal (Oliveira Marques, *Antologia...* vol. 2, 1975, p. 54). Como vimos já, estatuto similar foi reivindicado por Borges de Macedo para Rebelo da Silva. Também desbravou e aprofundou o conhecimento das origens da nacionalidade portuguesa, tendo “acrescentado” treze séculos à História de Herculano. Dedicou especial atenção a aspetos da história económica: vida quotidiana, tecnologia agrária, alimentação e vestuário. **Henrique da Gama Barros** (1833-1925), formado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, exerceu cargos na administração pública (Armando L. Carvalho Homem, «Gama Barros e a historiografia...», 2016, p. 477). Todavia, foi como historiador que mais se destacou, com a monumental obra *História da Administração Pública em Portugal* (4 tomos, 1885-1922, tendo deixado pronto o manuscrito, aquando da sua morte, um 5.º tomo; na reed. de 1945-1954, dir. por Torquato de Sousa Soares). Ainda que o tema fulcral do referido trabalho seja a administração pública, a temática económica também lhe mereceu atenção. Com efeito, dedicou-lhe uma extensa secção – Livro III –, sob o título



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

“Situação económica do país” que, não passando no plano original de um capítulo introdutório, viria a dilatar-se pelos tomos IV a X da 2.^a edição (1945-1954). Além do seu contributo para o estudo da administração pública, economia e sociedade, o autor «configura-se [...] como uma ponte entre o académico do século XVIII e o universitário, que tenderá a dominar a historiografia a partir do segundo quartel do presente século [séc. XX]» (Armando L. Carvalho Homem, «Gama Barros, Historiador...», 1985, p. 246). Para uma análise mais detalhada do *Curriculum Vitae* do autor, consulte-se a “Introdução” à 2.^a edição da obra anteriormente referida (Torquato de Sousa Soares, *História da Administração Pública em Portugal*, t. I, 1945, pp. IX-LXXIV). Nos alvares da história económica, acabados de expor, evidenciam-se as seguintes tendências: a) ainda não se trata de uma área de investigação estruturada, pelo que são focados sobretudo factos económicos, em capítulos ou partes de obras e não em trabalhos autónomos, salvo raras exceções (Acúrsio das Neves e Oliveira Martins); b) preferência dada a assuntos ligados ao comércio, em detrimento dos produtivos (agricultura e indústria); c) preocupação de enquadramento dos fatores económicos no contexto político e administrativo, dando-se maior relevo a estes últimos. **2.^a fase** (primeiras três décadas do séc. XX). Neste período, de transformações políticas – queda da Monarquia, proclamação da I República (1910), Ditadura Militar (1926-1932) e inícios do Estado Novo (1933) – e de aceleração do processo de industrialização, do ponto de vista da história económica merecem destaque a relevância dada às questões relacionadas com a indústria e o surgimento de obras dedicadas exclusivamente à história económica. Acerca da história da indústria, cuja origem remonta aos anos de 1880, o seu desenvolvimento foi notório nas décadas seguintes, pois, entre 1881 e 1930, foram identificadas seis dezenas de estudos sobre a referida história, de 25 autores. «Não sendo estudos de história da indústria como a concebemos hoje – nem a disciplina possuía estatuto autónomo –, os seus autores raramente eram referidos como historiadores» (Manuel Ferreira Rodrigues, «A primeira historiografia da indústria...», 2013, pp. 378-379). Está relacionada com indústria e sua história uma das obras de **Anselmo de Andrade** (1844-1928), *Portugal Económico. Theorias e Factos*, t. I (2.^a ed. 1918; 1.^a ed., 1902). O autor nasceu e faleceu em Lisboa. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, foi escritor, economista, publicista, advogado e político, tendo exercido funções diversas, como a de Diretor do Instituto de Agronomia e Veterinária e Ministro da Fazenda, cargo que ocupava aquando da proclamação da República (1910). Publicou várias obras sobre economia: *Economia Nacional comparada. A Terra* (1898); *História económica do ouro* (1910); e *Política, Economia e Finanças nacionais contemporâneas* (1928). Todavia, a mais conhecida é a já referida *Portugal Económico*, na qual se revela acérrimo defensor do agrarismo, tendo exercido influência noutros adeptos da mesma política (como Pequito Rebelo) e no próprio Oliveira Salazar (José Amado Mendes, «Desenvolvimento...», 1996, pp. 198-199). O autor foca uma variedade de temas (terra, propriedade, agricultura, comércio, moeda e finanças), informando, na “Advertência” inicial, tratar-se de história contemporânea, mas que procurou escrevê-la como se fosse história antiga, «sem me preocupar com debates doutrinários, que tantas vezes tolhem a justeza das apreciações» (Anselmo de Andrade,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Portugal Económico, p. VI). Apesar desta declaração de princípio, acaba por se envolver nos referidos debates, por exemplo, ao defender uma tese que não consegue provar nem é verdadeira, isto é, que Portugal não era nem nunca poderia vir a ser um país industrial, por lhe faltarem as matérias-primas e o combustível (carvão de pedra). Afirma explicitamente o que, anos mais tarde, não se afastaria muito do pensamento de Salazar: «todos sabem o que é uma multidão de operários na rua, sem trabalho e com fome» (Idem, *Idem*, p. 341-343). Década e meia após a 1.^a edição da obra (1902), o jovem José Henrique de Azeredo Perdigão (1896-1993), então ainda estudante de Direito da Universidade de Lisboa e futuro Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, refutaria, ponto por ponto, a tese agrarista de Anselmo de Andrade, defendendo a industrialização do país (1916), no que viria a ser seguido, posteriormente, por Ezequiel de Campos, J. N. Ferreira Dias e outros. A referida obra de Anselmo de Andrade, não obstante o título – ainda tributário das concepções oitocentistas –, é já sobre história económica. Também já foi referida a proximidade da perspetiva do autor com a escola histórica alemã, ao «recorrer ao conceito de economia nacional como unidade basilar» (Carlos Bastien, *A divisão...*, 2000, p. 17). As referidas concepções oitocentistas estão ainda presentes em obras de outros autores do mesmo período, duas das quais assumidamente logo no próprio título. Ainda que geralmente esquecido, merece ser recordado o nome de **Adriano Antero** de Sousa Pinto (1846-1934). Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, foi advogado, várias vezes deputado, vice-presidente da Câmara Municipal do Porto e professor do Instituto Industrial e Comercial e do Porto. Autor de várias obras – sobre direito, trabalho, crise vinícola e divórcio –, publicou igualmente *História Económica* (vols. I a VI, 1905-1925; deixou o manuscrito do vol. VII concluído, quando faleceu, mas mantém-se inédito). Tratou-se de uma história universal do comércio e da indústria, única na Península, até então. Para se ter abalanzado à ingente tarefa (cerca de três décadas), terão contribuído: a) a escassez de «subsídios para o estudo da historia economica, especialmente nos tempos antigos e da idade media» (Adriano Antero, *História Económica*, vol. I, 1905, pp. XV-XVI); b) motivações de carácter pedagógico, como professor da temática no Instituto Industrial e Comercial do Porto, do que também terá resultado a adoção do próprio título da obra, como esclarece o próprio autor: «O titulo de *Historia Económica* é o título oficial, pelo qual, segundo a reforma dos Institutos Commerciaes e Industriais de Emygdio Navarro, sob cuja reforma começou a escrever-se esta obra, era conhecida a cadeira que tratava da historia do commercio e da industria» (Id., *Idem*, vol. V, 1921, p. inicial). Do plano geral da obra deduz-se o seu carácter didático, a abrangência universal e não nacional, o relevo dado ao comércio e à indústria e a menor atenção conferida aos transportes e comunicações. O autor atribui papel importante à geografia – em sintonia com uma das tendências da época, patente, por exemplo, na obra de Lucien Febvre –, ao identificar os fatores económicos que exercem influência sobre a sociedade: «situação, superfície, aspecto, clima, população, indústrias e comunicações» (Id., *Idem*, vol. I, 1905, p. V). Outro autor que se ocupou da história económica – neste caso, de Portugal – foi **Francisco António Correia** (1877-1938). Ao invés da maior parte dos historiadores referenciados anteriormente – com formação adquirida na Faculdade de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Direito da Universidade de Coimbra –, este concluiu com brilho o curso superior de comércio do antigo Instituto Industrial de Lisboa (depois Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras), do qual viria a ser professor catedrático (1917) e seu diretor (1917-28). Exerceu diversas outras funções. Publicou *Política Económica Internacional* (1922), *Estudos de Política Económica e Internacional* (1935) e *História Económica de Portugal* (vols. I e II, 1929-1931). Esta foi a primeira história económica de Portugal editada, já que a anteriormente referida (de Adriano Antero) é de âmbito universal, como vimos. No prefácio ao I volume, o autor começa por esclarecer: «Na preparação da “História Económica de Portugal” tivemos principalmente em vista concretizar, pôr em relevo, as diversas fases da evolução da economia nacional, com os característicos [*sic*], que lhe dão uma individualidade própria [...]. Pretendemos principalmente realizar um estudo de síntese, sem entrar nos domínios da nossa história política, a não ser quando o seu conhecimento se torna necessário à inteligência da economia nacional» (Francisco António Correia, *História Económica de Portugal*, vol. I, 1929, pp. VI-VII). Apesar da intenção do autor, esta história económica encontra-se muito entrosada com a história política, mesmo no enquadramento temporal, alicerçada na cronologia dos respetivos reinados. Acerca do seu valor, no contexto historiográfico português, é pertinente a seguinte apreciação: «Tal estudo não assenta em investigação arquivística, não inova no método, é assaz irregular no que respeita a detalhe informativo e obedece ao nítido propósito ideológico de justificar doutrinas caras ao autor, designadamente a sua posição favorável à liberdade de comércio. Não obstante, tem o mérito de ter explorado um campo pouco trabalhado pela historiografia portuguesa e a originalidade de procurar demonstrar [...] que o tratado de Methuen constituiu um momento importante para o progresso da economia portuguesa e não um momento crucial para a explicação do seu atraso industrial» (Carlos Bastien, «Francisco António Correia (1877-1934)», 2001, p. 95). Também no final do período em análise destacou-se **João Lúcio de Azevedo** (1855-1933). Após ter frequentado, em Maфра, a escola de primeiras letras e realizado os estudos preparatórios no Colégio do Sérvulo, entrou na Aula do Comércio, em Lisboa, cujo curso completou. Com 18 anos de idade emigrou para o Brasil, tendo-se fixado em Belém do Pará, onde trabalhou numa livraria, da qual viria mais tarde a tornar-se proprietário, tendo casado com a filha do respetivo dono. A formação adquirida na Aula do Comércio, o contacto com os livros e a paixão que tinha por eles proporcionaram-lhe condições para publicar a sua primeira obra (*Estudos da História Paraense*, 1893). A edição deste trabalho permitiu-lhe o acolhimento, como sócio, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1894). Tendo vendido a empresa, regressou a Portugal (1900), com desafogo económico para se dedicar exclusivamente às atividades intelectuais. Viveu em Paris, aperfeiçoou e aprendeu línguas (francesa, inglesa, holandesa, italiana e alemã) e conviveu com algumas das figuras de proa da historiografia portuguesa de então – Gama Barros, Costa Lobo, Braancamp Freire, David Lopes, Edgar Prestage, Luciano Pereira da Silva, Oliveira Lima e Joaquim Bensaúde (Maria A. S. de Azevedo, «Azevedo, João Lúcio de (1855-1933)», 1963, p. 264). Da sua vasta obra podemos salientar: *O marquês de Pombal e a sua época* (1909); *História dos cristãos novos portugueses* (1922); *Épocas de Portugal Económico*.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Esboços de História (1929); e *Organização económica* (*História de Portugal*, dir. Damião Peres, vols. II, III e V, 1929-1933). Pela sua relevância, estes dois últimos trabalhos merecem referência especial. *Épocas de Portugal Económico* (1.ª ed, 1929 e 2.ª ed., 1947) já foi considerada como «a nossa primeira, e talvez ainda a única história económica» (Maria A. S. de Azevedo, *Op. Cit.*, 1963). De facto, pela profundidade e rigor da investigação e pelo carácter inovador das perspetivas (por exemplo, ao invocar o “contexto materialista da história”), ela destaca-se das anteriormente referidas, de carácter mais genérico, pedagógico e de síntese. No início da obra, na mensagem dirigida “Ao Leitor” (Lisboa, Outubro de 1928), o autor esclarece: «Os estudos de que se compõe este volume obedecem ao contexto materialista, não único, mas certamente indispensável para a compreensão da história. As nações não vivem só de heroísmos, assunto predilecto dela. Para cada povo existe, como para os indivíduos, uma conta de *Deve e Haver*, que nos dá o quilate das suas prosperidades e por onde, cedo, até para o maiores impérios, os pródromos da decadência se anunciam» (João Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal Económico*, 2.ª ed., 1947, p. 7). Lúcio de Azevedo adotou a teoria dos ciclos – similar à do historiador alemão Wilhelm Roscher (1817-1894) –, elaborando uma nova periodização da história económica de Portugal, consoante a predominância de um produto, em cada época: “A monarquia agrária”, “Jornada de África”, “A Índia e o ciclo da pimenta”, “O império do açúcar”, “Idade de ouro e diamantes” e “No signo de Methuen”. Como já tivemos o ensejo de sublinhar noutro estudo, «Pesem embora as limitações do modelo – dado que outros produtos poderiam ser invocados, pela sua importância na história económica portuguesa, como o sal, o azeite, a madeira, o algodão, a lã, etc. (Jorge Borges de Macedo, «João Lúcio d’ Azevedo e o seu tempo», 1967, p. XXXV), o seu uso foi meritório, por se apresentar como alternativa à periodização tradicional e ainda não totalmente abandonada, essencialmente política» (José Amado Mendes, «Desenvolvimento...», 1996, p. 204). Outra das limitações reside no facto de o autor não ter focado o período posterior aos inícios de Oitocentos. Quanto à sua colaboração na *História de Portugal* (dir. de Damião Peres), na síntese do volume II (João Lúcio de Azevedo, «Organização económica, 1931, pp. 395-444), estuda a evolução da economia até à conquista de Ceuta (1415), dando relevo à vida agrária e, mais resumidamente, ao tráfico interno e externo e à circulação das riquezas. No volume III (Id., *Idem*, pp. 625-664) foca “Portugal potência mercantil” e faz uma breve resenha da “Situação financeira” e do “Estado Social” (população, capital, judeus, ofícios, salários, custo de via agricultura, indústria, monopólios e gente estrangeira). Finalmente, no vol. V (Id., *Idem*, pp. 287-316), aborda a “Situação financeira do Estado e a economia nacional”, a “População” e a “Atividade económica” (agricultura, indústria, minas impostos, moedas e comércio). Apesar de se tratar de abordagens pertinentes, pecam pelo desenvolvimento sumário dos assuntos. A morte do autor (1933) não permitiu que prosseguisse com a tarefa, para os períodos históricos seguintes, do que se encarregou o próprio diretor da obra, **Damião Peres** (1889-1976). No volume VI (pp. 363-418), cujo título dos volumes anteriores manteve (“Organização económica”), analisou a “População”, a “Moeda” e a “Economia”. No volume VII (pp. 607-656) debruça-se igualmente sobre a “População”, a “Moeda” e a “Vida económica”, “até



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

à Regeneração e depois da Regeneração”. Não obstante o mérito desta *História de Portugal* monumental, as análises da história económica são demasiado sucintas, feitas nos moldes tradicionais, com as conhecidas limitações presentes em toda a obra: secundarização daquela vertente, face à componente política; a quase ausência de referência às fontes e bibliografia utilizadas. Reportando-se a esta década (anos de 1930), já se aludiu aos “anos negros do salazarismo”, ou seja, a uma crise de produção historiográfica que então se registou (Francisco Falcon «Historiografia Portuguesa Contemporânea...», 1988, pp.38-39). Porém, embora lentamente e com algum desfasamento temporal, na década imediata, novos “ventos” da historiografia – com a ascensão da história nova e relevância por ela dada à história económica e social – iam chegando a Portugal, como se comprova, por exemplo, por duas iniciativas entretanto tomadas no final da década. Uma teve lugar no âmbito da Assembleia Nacional e outra na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. No primeiro caso, o protagonista foi **Artur Águedo de Oliveira** (1894-1978). Licenciado e doutorado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, exerceu diversas funções (Carlos Bastien, «Artur Águedo de Oliveira (1894-1978)», 2001, pp. 232-234). Viajou por vários países (Espanha, Itália, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos da América, Bruxelas, Rio de Janeiro e Áustria), cujas viagens terão sido úteis à sua investigação (Maria Alcina dos Santos, *Elites Salazaristas Transmontanos...(1894-1978)*, 2011, pp. 30 e46). É autor entre outras obras de: *Portugal Perante as Tendências da Economia Mundial* (1947) e *Finanças Verdadeiramente Nacionais* (1955), embora nenhuma de grande relevância para a história económica. Todavia, como deputado (foi-o em várias legislaturas, tendo sido ativo apoiante do Estado Novo), fez uma intervenção na Assembleia Nacional (12 de março de 1947) – para a qual já se chamou à atenção (João Paulo Nunes, *A História Económica...*, pp. 79-80) –, reveladora do seu interesse pela temática e, inclusive, do conhecimento que tinha sobre os progressos da disciplina, registado noutros países. Criticava a forma como a história estava a ser ensinada, competindo ao Estado estabelecer uma base irrefragável de disciplina, «para que os mitos não obscureçam a verdade, as concepções singulares e singularizadas não desvirtuem a objectividade, a improvisação não derrote o estudo e a reflexão». Entretanto, propõe a investigação e ensino de: «Uma história plebeia, somenos elegante, comezinha, quotidiana, que nos pinta e esclarece sobre o homem real, vivo, dinamizado, com uma psicologia quase universal, mas firmado à terra ou encostado na sua nave, circulando, labutando, combatente obscuro do desfavor natural». Em seguida, faz um apanhado dos progressos da história económica em universidades de vários países (Harvard, Cambridge, universidades alemãs e publicação da *História Económica de Inglaterra*, por Lipson [Ephraim Lipson, 1888-1960]), após o que propunha a criação de «um seminário de investigação universitária [em história económica], um centro de estudos, uma disciplina, antes de mais larga experiência». Embora indeciso acerca da universidade onde criar esse centro, acaba por sugerir Coimbra, ainda que com cautela: «Gosto demasiado de Lisboa e admiro excessivamente o Porto para ser apodado de “coimbrão”. Mas há na nossa Heidelberg um ambiente repousado e meditativo, que não convida apenas a versejar...» (*Diário das Sessões da Assembleia*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Nacional, 1947, pp. 810-812). A iniciativa mereceu um elogio e um agradecimento por parte do Senado da Universidade de Coimbra, na sessão de 17 de março de 1947 (João Paulo Nunes, *Idem*, 1995, p. 80). A outra iniciativa teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pela mesma altura (ano letivo de 1946-1947) e consistiu na lecionação de um curso de “Introdução à História Económica Geral”, pelo historiador belga **Charles Verlinden** (1907-1996), especialista em história económica. Tratou-se de um evento promovido pelo Instituto de Estudos Históricos da referida Faculdade (com o patrocínio do Instituto para a Alta Cultura), por intermédio do historiador medievalista Torquato de Sousa Soares (1903-1988). O conteúdo do curso e seu caráter inovador, no contexto historiográfico português de então, podem avaliar-se pelo livro do próprio professor Charles Verlinden: *Introduction à l' Histoire Économique Générale* (1948) e pelo artigo sucinto que o T. de S. Soares lhe dedicou (Torquato de Sousa Soares, «Um curso de História Económica...», 1947, pp. 671-674). A iniciativa prosseguiu nos anos letivos de 1949/1950 e 1950/1951, através de dois cursos e duas conferências de Yves Renouard (1908-1965), Diretor da Faculdade de Letras da Universidade de Bordéus, sobre história económica e social medieval (João Paulo Nunes, *Op. Cit.*, pp. 60-61). Também a nível da investigação e da produção historiográfica uma certa inovação ia chegando a Portugal, desde finais da década de 1940. Como bem notou A. H. de Oliveira Marques: «A geração de 1939-45 teve a orientá-la – e quase todos os representantes o reconhecem expressamente – a escola francesa agrupada em torno da revista *Annales*. Discípulos confessos de Lucien Febvre [1878-1956] e de Marc Bloch [1886-1944] (a que em Portugal aliavam António Sérgio, não como historiador mas antes como crítico), preconizavam uma história total, integrada, que se servisse dos vários géneros de investigação histórica a fim de compreender os modelos de uma sociedade» (Oliveira Marques, *Antologia...*, vol. I, 1974. pp. 48-49). Na impossibilidade de analisar aqui todos os historiadores que contribuíram para o arejamento da nossa historiografia do pós-II guerra Mundial até 1974, vejamos certos vultos mais destacados desse processo, ao longo de cerca de três décadas, alguns no âmbito da universidade, outros em contexto extra-universitário. **António Sérgio** de Sousa (1883-1969). Estudou no Colégio Militar, na Escola Politécnica e na Escola Naval. Foi oficial de Marinha (1904-1910) e teve uma vida errante, pelo que viveu em vários países (Inglaterra, Suíça, França, Espanha e Brasil), por motivos de trabalho ou como exilado. Candidatou-se à docência na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1912) e, de novo, à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1933), mas sem sucesso. Não obstante o Conselho desta Faculdade ter votado favoravelmente a sua contratação, esta foi impedida pela tutela. Foi persistente crítico do Estado Novo e seu opositor – tendo estado preso várias vezes –, por diversos meios. Trata-se de um dos maiores vultos da cultura portuguesa do século XX, tendo-se destacado no ensaísmo, na literatura, na filosofia, nas preocupações com a educação – em especial a educação cívica –, a pedagogia, o cooperativismo e a interpretação crítica da História de Portugal. É autor de uma vasta e diversificada obra. Como já tivemos a oportunidade de me referir mais desenvolvidamente à sua vida e obra (José Amado Mendes, «A renovação da historiografia portuguesa», 1996, pp. 277-284), aqui apenas desejamos salientar o seu contributo para a



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

interpretação da história de Portugal. Valorizou a importância das condições geográficas, bem como dos fatores socioeconómicos para o desenvolvimento do país. Criticou severamente o relevo que se tinha dado à “política de transporte”, em prejuízo a “política de fixação”, ou seja, o predomínio do comércio sobre a produção. Afirmava Sérgio, em *Breve Interpretação da História de Portugal* (que teve grande sucesso, logo após a sua 1.ª edição, em 1972): «Toda a riqueza do Oriente passava apenas por Portugal, e ia fomentar o trabalho estrangeiro, que nos fornecia de todas as coisas» (António Sérgio, *Breve interpretação da História de Portugal*, 1974, p. 96). Para o autor, a história tinha um sentido instrumental, não era um fim em si mesmo mas um meio, para “forjar espíritos construtores do futuro” (Id., *Idem*, p. 1). No âmbito da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no período em análise e no que concerne à história económica, destacaram-se sobretudo Virgínia Rau e Jorge Borges de Macedo. **Virgínia de Bivar Robertes Rau** (1907-1973). Como foi observado, V. Rau «teve o grande mérito de se ocupar e chamar a atenção dos seus alunos e colaboradores para temas de história económica e social, geralmente desprezados pela historiografia erudita» (Oliveira Marques, *Antologia...*, vol. I, 1974, p. 50). Fez estudos liceais em Lisboa, tendo-se em seguida matriculado na respetiva Faculdade de Letras. Em 1928 interrompeu o curso e ausentou-se para o estrangeiro (Alemanha e França), onde frequentou cursos e fez investigação histórica, em bibliotecas e arquivos, o que lhe possibilitou o contacto com as novas tendências historiográficas que então se iam afirmando, através da corrente *nova história*. Regressou a Portugal (1939), vindo a licenciar-se e doutorar-se – em Ciências Histórico-Filosóficas – na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1943 e 1947, respetivamente), com elevadas classificações. Além do magistério na dita Faculdade, regeu cursos, proferiu conferências e fez investigação em diversos países (entre os quais: Estados Unidos da América, Brasil, França, Inglaterra, Alemanha e Itália), pelo que seu nível de internacionalização foi muito considerável. Foi diretora do Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1958-1973), da qual foi igualmente diretora (1964-1969). Dedicou-se ao estudo temáticas não exploradas até então, na área da história económica, tendo publicado: *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas* (1943, dissertação de licenciatura, assunto que também focou no *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. II, 1965, pp. 195-198); *Sesmarias medievais portuguesas* (1946, tese de doutoramento, tema que sintetizou no mesmo *Dicionário*, vol. IV, 1968, p. 845-847); «Os holandeses e a exportação de sal de Setúbal nos fins do século XVII» (1949); *A Casa dos Contos* (1951). A sua obra apresenta uma segura fundamentação documental e uma perspetiva global da história, convocando para a narrativa histórica vários aspetos da realidade (José Amado Mendes, «A renovação...», 1996, pp. 295-296; Paulo Morais Alexandre, «Rau, Virgínia Robertes...», 2000, pp. 219-210). Igualmente relevante, para o desenvolvimento da história económica, nos anos de 1950-1960, foi **Jorge Borges de Macedo** (1921-1996). Após ter completado o curso liceal no Liceu Passos Manuel, na capital, matriculou-se na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1939), no curso de Ciências Histórico-Filosóficas, cuja licenciatura concluiu em 1944. Exerceu funções docentes no ensino técnico (Escolas Machado de Castro e



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Fonseca Benevides, em Lisboa, e no Colégio Moderno, também na capital). Em 1957 entrou como assistente da referida Faculdade de Letras, tendo-se doutorado em 1964. Prestou provas de agregação em 1967 e concurso para professor catedrático, em 1968. Ali regeu várias cadeias, orientou seminários e dirigiu teses de doutoramento. Exerceu funções culturais e científicas diversas, entre as quais as de membro da Comissão Cultural da XVII Exposição de Ciência, Arte e Cultura e, em 1993, coordenador do núcleo do Museu Nacional de Arte Antiga e, de 1990 até 1996, Diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Foi afastado da docência na Faculdade de Letras (1974-1980), à qual viria a regressar posteriormente. Entretanto, em 1977, fora convidado pela Universidade Católica Portuguesa, para integrar o corpo docente de História Contemporânea e História Diplomática (Jorge Pedreira, «Godinho, Vitorino Magalhães», 1999, pp. 405-406; José Amado Mendes, *Op. Cit.*, 1996, pp. 296-299). A sua obra é muito vasta e abrange diversos domínios e modalidades, desde o ensaísmo à erudição, da divulgação à intervenção cívica, o que torna a sua análise algo complexa, como já foi notado (José Manuel Subtil, «Jorge Borges de Macedo», 1997, pp. 305-307). Mais diretamente relacionadas com a história económica são de destacar: *A situação económica no tempo de Pombal – alguns aspectos* (dissertação de licenciatura, 1951); *O Bloqueio continental. Economia e Guerra Peninsular* (1962); *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII* (tese de doutoramento, 1963); *Temas de História Económica de Portugal* (1981). Podiam ainda apontar-se vários outros artigos com interesse para a temática em análise, sem esquecer alguns dos publicados no *Dicionário de História de Portugal* (dir. de Joel Serrão). Como contributo da obra de Macedo para a história económica já foram apontados os seguintes aspetos: a) formalização do concreto e não limitação das análises abstratas; b) identificação dos fatores concretizáveis no conjunto da sociedade; c) a inserção da industrialização do país no mercado mundial; d) problemática tecnológica ligada à problemática dos preços (Luís Aguiar Santos, «A História Económica na obra de Jorge Borges de Macedo», 2007, pp. 21-26). Em termos de linhas inovadoras, quanto a características e objetivos da obra de Borges de Macedo, também já foram sublinhadas: a) definição de políticas sem um sistema, mas com uma direção; b) conhecer melhor o reino em ordem a mudá-lo; c) e gerir a conjuntura económica, em ordem a desenvolver o país (Cardoso, 2013: 93-100 José Luís Cardoso, «Jorge Borges de Macedo: problems ...», pp. 1-8 e Id., «Vitorino Magalhães Godinho...», *e-Journal of Portuguese History*, vol. 9, n.º 2, 2014, p. 104-114). Este último aspeto está presente, por exemplo, na seguinte alusão que faz a Alberto Sampaio, em cuja exposição não nota uma ideia de desesperança mas antes de confiança, evidente nas palavras do autor que cita, em seguida: «a única [confiança] que nos resta é esforçar-nos para nos melhorarmos intelectual, moral e economicamente, para que a população geral possa compreender a sua situação e portanto impor a quem o queira uma política fecunda» (*apud* Macedo, 1995: 419 não identificável). Alguns outros historiadores, cuja obra foi elaborada parcial ou totalmente fora do meio universitário português, contribuíram também significativamente para o aprofundamento e a estruturação da história económica, como nova área historiográfica. O que mais se destacou, desde ponto de vista, foi **Vitorino** Barbosa de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Magalhães Godinho (1918-2011). Fez estudos liceais nos Liceus Gil Vicente e Pedro Nunes, em Lisboa. Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1940), onde lecionou entre 1941-1944, mas que então foi obrigado a abandonar devido à incomodidade que o seu ensino provocava ao Conselho da Faculdade. Entretanto rumou a Paris, tendo sido contratado como investigador do Centre National de Recherche Scientifique (1947-1960). Obteve o *Doctorat d'État* pela Universidade de Paris-Sorbonne (1959). Regressando a Portugal, foi professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (1960-1962), tendo sido afastado, na sequência da crise académica de 1962. De 1962 a 1971 elaborou e organizou várias obras, após o que, de novo em França, foi professor catedrático da Universidade de Clermont-Ferrand (1971-1974). No pós-25 de Abril de 1974, foi professor catedrático da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, tendo ainda exercido funções relevantes, por breves períodos, como a de Ministro da Educação e Diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa (para mais informação ver: J. Romero Magalhães, *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, 1988, pp. 1-16; Jorge Pedreira, «Godinho, Vitorino Magalhães», 1999, pp. 100-101; Nuno Valério, «Godinho, Vitorino Magalhães», 1996, p. 383; e José Amado Mendes, «A renovação...», 1996, pp. 324-330). Da sua vastíssima bibliografia, no domínio da história económica e social, destacam-se: *Prix et monnaies au Portugal. 1750-1850* (1955); *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos* (1962); *Os Descobrimentos e a Economia Mundial* (1963-1965); *Introdução à História Económica* (1970). *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* (1971). Entre várias outras iniciativas, recordem-se ainda as de ter promovido a criação da Associação Portuguesa de História Económica e Social (1980) e da *Revista de História Económica e Social*, da qual foi diretor (1978-1989). O notável contributo que deu à história económica decorreu da perspetiva que dela tinha: «o apetrechamento técnico e as relações de produção e distribuição condicionam toda a orgânica social e que aquelas e estas condicionam, de maneira geral, a cultura e a política. Em suma: a economia exerce uma influência sobre todos os aspectos da vida humana (em parte devido precisamente à sua universalidade)» (*apud* J. Romero Magalhães, *Idem*, p. 5). Acrescente-se, ainda, que Vitorino Magalhães Godinho foi um dos lídimos representantes da escola histórica dos *Annales*, revelando a sua vasta obra algumas das inovações mais relevantes daquela, como já foi devidamente sublinhado, a saber: a) interdisciplinaridade e história total unificada; b) história como uma elaboração intelectual; c) outras construções de história; d) e história como uma leitura do presente e o futuro à luz do passado (José Luís Cardoso, «Vitorino Magalhães Godinho...», 2014, pp. 108-113; ver também Luís Adão da Fonseca, «Vitorino Magalhães Godinho», 2014, pp. 69-70). Contributo também relevante para a história económica foi dado por **Armando Castro** (1918-1999). Realizou nesta cidade os estudos primários e secundários, após os quais frequentou o curso de Direito na Universidade de Coimbra (1936-1941), na qual se licenciou em Ciências Jurídicas (1941) e se especializou em Ciências Jurídico-Económicas (1942). A sua vasta obra, no âmbito da história económica e social, foi elaborada em grande parte à margem do meio universitário, uma vez que foi impedido de prosseguir



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

carreira académica até à revolução de 1974, quando finalmente foi contratado como professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (Bastien, 1996; 2001). Simultaneamente com o exercício da advocacia e como publicista, foi-se dedicando à investigação em história económica e social, bem como à teoria e epistemologia das ciências e da história, tendo publicado diversos trabalhos nas referidas áreas (José Amado Mendes, *Op. Cit.*, 1996, pp. 315-318). Nas suas pesquisas manteve-se fiel à sua mundividência marxista, aplicando à investigação histórica a metodologia e perspetiva de análise alicerçadas no materialismo histórico. Como já foi salientado, a publicação do estudo de Armando Castro, *Alguns aspectos da agricultura nacional* (1945), foi «porventura o primeiro acontecimento significativo» da corrente marxista que surgiu no pós-guerra, para além da síntese neoclássica-keynesiana (Carlos Bastien, *A divisão...*, 2000, pp. 21-22). No âmbito da história económica, entre outras, merecem destaque: *Introdução ao estudo da economia portuguesa* (1947, posteriormente editada sob o título *A Revolução Industrial em Portugal no século XIX*, 1976); *A economia portuguesa no século XX (1900-1925)* (1973); *A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV* (1964-1967); *As ideias económicas no Portugal medieval (séculos XII a XV)* (1978); é ainda autor de vários artigos do *Dicionário de História de Portugal* (dir. de Joel Serrão). Além dos historiadores referenciados, outros se têm dedicado à história económica, não só no âmbito da investigação – em algumas das suas obras – como igualmente na docência e orientação de trabalhos académicos. Na impossibilidade de desenvolver aqui o contributo de todos eles, apenas passo a recordar alguns dos seus nomes e obras mais significativas. António Henrique de **Oliveira Marques** (1933-2007), além do destaque que deu à história económica na sua conhecida *História de Portugal* (2 vols., 1972-1973) e na *Nova História de Portugal* (coord. de parceria com Joel Serrão), é autor de: *Hansa e Portugal na Idade Média* (1959); *Introdução à história da agricultura em Portugal: A questão cerealífera durante a Idade Média* (1962); e, embora já fora do período do presente “Dicionário”, *Companhia Geral do Crédito Predial Português. 125 anos de História* (1989). Fernando **Piteira Santos** (1918-1992), licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi jornalista, historiador e professor da dita Faculdade (1974-1978). Apesar de a sua ação se ter distinguido sobretudo na atividade política, como forte opositor ao regime e no jornalismo, deixou-nos uma obra com interesse para a história económica dos inícios de Oitocentos: *Geografia e Economia da Revolução de 1820* (1962). **Joel Serrão** (1919-2008), Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi professor do ensino secundário (Viseu, Funchal, Setúbal e Lisboa) e do ensino superior (Instituto Superior e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) e administrador da Fundação Calouste Gulbenkian. Sob o ponto de vista historiográfico, «distinguiu-se na década de sessenta ao assumir o planeamento e direção do monumental *Dicionário de História de Portugal* (quatro volumes, publicados entre 1963 e 1971), no qual igualmente colaborou com numerosas entradas» (António Reis, «Serrão, Joel», 1996, p. 902). O referido *Dicionário*, no qual colaboraram praticamente todos os investigadores mais credenciados de então, muito contribuiu para a renovação da nossa historiografia no



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

terceiro quartel do século XX (José Amado Mendes, “A renovação...”, 1996, pp. 318-320). Entre outros temas de história económica que investigou, contam-se: emigração, transportes, eletricidade, moinhos, máquina a vapor e industrialização (Serrão, 1959-1962). Já praticamente no final do período cronológico do presente *Dicionário*, entre outros historiadores de referência, recordo ainda **Miriam Halpern Pereira**, com a sua conhecida obra *Livre-Câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX* (1971) e **António de Oliveira**, com a inovadora obra *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640* (1971). Mais recentemente, num estudo intitulado «As Histórias da minha geração», o autor fornece também elementos pertinentes sobre a evolução da história económica entre nós, ao longo da última centúria. O grande desenvolvimento da história económica – como ciência mas também como docência – veio a registar-se no pós-25 de abril de 1974. Referem-se tão só exemplos do que de mais significativo há a registar. Foram publicadas algumas obras de síntese, entre as quais: *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global* (1994) de N.Valério e M^a Eugènia Mata e *História Económica* (2005) de P.Lains e Álvaro F.Silva. No âmbito da história empresarial, além de monografias acerca da história de algumas empresas, vieram a lume: *Empresas e Empresários* (coord. de Mendes e Filipe, 2004); e *Dicionário de História Empresarial nos séculos XIX e XX: I – Instituições Bancárias; II – Seguradoras* (Faria e Mendes, 2013-2014). Também foram publicados estudos sobre o pensamento económico e publicados textos importantes para o estudo da temática (J.Luís Cardoso, 1989, 1990-1991 e 2001). Algumas temáticas anteriormente secundarizadas mereceram alguma atenção por parte de investigadores dedicados à história económica como, por exemplo, o crescimento económico (Lains, 2003) e a industrialização no século XIX e inícios do XX (Jaime Reis, 1987 e 1988). Muito mais haveria a referir, inclusive no que concerne a dissertações de Mestrado e teses de Doutoramento apresentadas – alguma das quais já publicadas –, mas a sua análise ultrapassa o âmbito deste trabalho.

Bibliografia activa: ALMODOVAR, António e CASTRO, Armando, *Obras Completas de José Acúrsio das Neves*, vol I: *História Geral das Invasões Francesas em Portugal e da Restauração deste Reino*, t. I e II. Estudos introdutórios de António Amodovar e Armando Castro, Lisboa, ed. Afrontamento, 1983. ANDRADE, Anselmo de, *Portugal económico. Theorias e factos*, t. I: *Economia descritiva*, nova ed., Coimbra, França Amado, editor, 1918 (1.^a ed., 1902). ANTERO, Adriano, *A História Económica*, 6 vols., Porto, Typ. de A J. Silva Teixeira/Imprensa Portuguesa, 1905-1925. AZEVEDO, J. Lúcio de, «Organização económica», PERES, Damião (dir.), *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora, 1929-1931, vol. II, pp. 393-444 e vol. III, p. 625-664; vol. V, p. 287-316; *Épocas de Portugal Económico*, 2.^a ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1947 (1.^a ed., 1929). BARROS, Gama, *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 5 vol. Lisboa, Imprensa Nacional, 1885-1934. CASTRO, Armando, *A economia portuguesa no século XX (1900-1925)*, Lisboa, Ed. 70, 1973; *A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV*, 6 vols., Lisboa, Portugália Editora, 1964-1967; *As ideias económicas no Portugal medieval (séculos XII a XV)*,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978; *Introdução ao estudo da economia portuguesa*, Lisboa, Tipografia Rádio Renascença, 1947 (posteriormente editada sob o título *A Revolução Industrial em Portugal no século XIX*, 3.^a ed., Porto, Limiar, 1976). CORREIA, Francisco António, *História Económica de Portugal*, vols. I e II, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1929-1930. GODINHO, Vitorino Magalhães, «A historiografia portuguesa: orientações, problemas, perspetivas», *Revista de História*, vol. X, n.ºs 21-22, 1955, p. 3-21; «A importância da história económica – um exemplo: guerra e economia», *Ensaio III: Sobre teoria e história da historiografia*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1971, p. 40-50; «Simplismo da história económica nascente. Lacunas, dificuldades e progressos no desenvolvimento da história económica», *Ensaio III: Sobre teoria e história da historiografia*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1971, p. 50-60; *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa, 1962; *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, 3.^a ed., Lisboa, Arcádia, 1977 (1.^a ed., 1971); *Introdução à História Económica*, Lisboa, Livros Horizonte, 1970; *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2 vols. Lisboa, Arcádia, 1963-1965 (2.^a ed. 4 vols. 1981-1983); *Prix et monnaies au Portugal. 1750-1850*, Paris, A. Colin, 1955. HERCULANO, Alexandre, *História da Origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, 9.^a edição, Lisboa, Bertrand, s./d.; *História de Portugal: 1.^a época, desde a origem da monarquia até D. Afonso III (18446-1853)*, Lisboa, Aillaud & Bertrand, 1875; *Portugaliae Monumenta Histórico*, Olisipone, Typis Academicis, 1856-1977. MACEDO, Jorge Borges de, «A “História de Portugal nos séculos XVII e XVIII” e o seu Autor», SILVA, Luís Augusto Rebelo da, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1971, p. 9-130; *A situação económica no tempo de Pombal – Alguns aspectos*, 3.^a ed., Lisboa, Gradiva, 1989 (1.^a ed., 1951); *O Bloqueio continental. Economia e Guerra Peninsular*, Lisboa, Gradiva, 1990 (1.^a ed., 1962); *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII* (2.^a ed., Lisboa, Quercus, 1964 (1.^a ed., 1963); *Temas de História Económica de Portugal* (Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1981. MARQUES, A. H. de Oliveira (Organização, prefácio e notas), *Antologia da historiografia portuguesa*, vol. 1: *Das origens a Herculano*, vol. 2: *De Herculano aos nossos dias*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1974-1975; *Companhia Geral do Crédito Predial Português. 125 anos de História*, Lisboa, Companhia Geral do Crédito Predial Português, 1989; *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisboa, 1959; *História de Portugal*, vols. I e II, Lisboa, Ed- Ágora/Palas Editora, 1972-1973. MARTINS, Oliveira, «Notas sobre a historiografia em Portugal», *História de Portugal*, 16.^a ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1972, p. 593-605. OLIVEIRA, António de, «As histórias da minha geração. Uma perspetiva historiográfica», *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, FLUP, 2004, p. 83-98; *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos, 1971. OLIVEIRA, Artur Águedo de, «Considera a necessidade do estabelecimento do ensino oficial da história económica», *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 101, sessão n.º 10, em 12 de Março de 1947, p. 810-812. PEREIRA; Miriam Halpern, *Livre-Câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX* (1971), Lisboa, Cosmos, 1971. PERES, Damião, «Organização Económica»,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

PERES, Damião (dir.), *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora, 1934-1935, vol. VI, p. 360-418 e vol. VII, 607-656. RAU, Virgínia, *A Casa dos Contos*. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, 1951, tomo IV, dedicado a Gama Barros; *Estudos das feiras medievais portuguesas*, Lisboa, 1943; *Sesmarias medievais portuguesas*, Lisboa, 1946; «Os holandeses e a exportação de sal nos fins do século XVII», *Revista Portuguesa de História*, t. IV, 1949, p. 47-106. SAMPAIO, Alberto, *Obras*. Introdução de José Amado Mendes, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 2008. SANTOS, Fernando Piteira, *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1962. SÉRGIO, António, *Obras completas. Breve interpretação da História de Portugal*, 3.^a ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1974 (1.^a ed., 1972). SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vols. I a IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963-1971; «Historiografia na época contemporânea», *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 437-446; *Temas Oitocentistas*, ts. I e II, Lisboa, Livros Horizonte/Portugália Editora 1959-1962 (o t. I foi reeditado em 1980). SILVA, Luís Augusto Rebelo da, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, 5 vols., 1860-1871, mais um 6.^o vol., de *Índices de Nomes Próprios*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1971. VERLINDEN, Charles, *Introduction à l'histoire économique générale*, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos, 1948.

Bibliografia passiva: *Actas do Congresso Histórico "150 anos do Nascimento de Alberto Sampaio"*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1945. «Águedo de Oliveira (Dr. Artur)», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. I, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s./d., p. 646. ALEXANDRE, Paulo Morais, «Rau, Virgínia Robertes...», BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX: Suplemento, Lisboa/Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, p. 209-210. ALMODOVAR, António, «José Acúrsio das Neves (1766-1834)», CARDOSO, José Luís (coord.), *Dicionário Histórico de Economistas Portugueses*, Lisboa, Temas & Debates, 2001, p. 221-225. AMARAL, Luciano do, «ANDRADE, Anselmo de (1842-1928)», ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p.55-56. «ANTERO, Adriano (1846-1934)», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 2, Lisboa-Rio de Janeiro, s./d., p. 794-795. «ANTERO, Adriano (1846-1934)», SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963, p. 156. «AZEVEDO (João Lúcio de)», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 3, Lisboa-Rio de Janeiro, s./d., pp. 920-921. AZEVEDO, Maria Antonieta Soares de, «AZEVEDO, João Lúcio de (1855-1933)», SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963, p. 264-265. BASTIEN, Armando, «Armando Fernandes de Moraes e CASTRO», CARDOSO, José Luís (coord.), *Dicionário de Economistas Portugueses*, Lisboa, Temas & Debates, 2001, p. 82-85. BASTIEN, Carlos, *A divisão do pensamento económico em período*. Documento de trabalho/Working Paper n.º 16, Lisboa, Gabinete de História Económica e Social, 2000 (mimeog.); «Artur Águedo de OLIVEIRA (1894-1978)», CARDOSO, José Luís (coord.), *Dicionário de Economistas*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Portugueses, Lisboa, Temas & Debates, 2001, p. 232-234; «Castro, Armando», ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 135; «Francisco António CORREIA (1877-1934)», CARDOSO, José Luís (coord.), *Dicionário Histórico de Economistas Portugueses*, Lisboa, Temas & Debates, 2001, p. 93-95; «OLIVEIRA, Artur Águedo de (1894-1978)», ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 680-681. BASTOS, Ana Luíza Marques, «O historiador luso-brasileiro João Lúcio de Azevedo (1855-1933)», SOUSA, Fernando de et al. (org.), *De colonos a imigrantes. I(E)migração portuguesa para o Brasil*, São Paulo, Alameda, 2013, p. 271-276; BOUVIER, Jean, «Histoire économique», *La recherche historique en France depuis 1965*, Paris, Ed. do Centre National de la Recherche Scientifique, 1980, p. 45-48. CARDOSO, José Luís, *História do Pensamento Económico Português. Termas e Problemas*. “Temas de História de Portugal”, Lisboa, Livros Horizonte, 2001; «Introdução», *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, t. I, Lisboa, Banco de Portugal, 1990, p. XVII-XXIII; «Jorge Borges de Macedo: problems of the history of portuguese economic and political thought in the eighteenth-century», *E-Journal of Portuguese History*, vol. 11, n. 2, 2013, p. 1-8; *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII. 1780-1808*, Lisboa, Ed. Estampa, 1989; «Vitorino Magalhães Godinho and the Annales School: History as a way of thinking», *e-Journal of Portuguese History*, vol. 9, n.º 2, 2014, p. 104-114. CHAVES, Luís, “Gama Barros: mestre do nacionalismo português”, *Acção Realista*, n.ºs 10-11, 15 de novembro de 1925, p. 229-232. COELHO, Maria Helena da Cruz, «A. H. de Oliveira Marques, the Historian’s Legacy», *e-JPH*, vol. 5, n. 2, 2007, p. 1-4. CORRÊA FILHO, Virgílio, «João Lúcio de Azevedo. Historiador luso-brasileiro», *Revista de História*, vol. 11, n.º 24, 1955, p. 425-431. «Correia (Francisco António)», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VII, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s./d., p. 748-749. DUARTE, Luís Miguel, «A História Económica do Portugal Medieval (Sugestões para uma recuperação)», p. 1-12, URL: <http://www.usc.es> (acedido em 08-08-2017). *Estudos de Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa, 1992. *Estudos e Ensaio em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1988. FALCON, Francisco, «Historiografia Portuguesa Contemporânea. Um ensaio histórico-interpretativo», *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 1, 1988, p. 79-99. FARIA, Ana Leal, *Jorge Borges de Macedo. Saber continuar. A Experiência História Contemporânea*, 2005, p. 1-14. FARIA, Miguel Figueira de, MENDES, José Amado (coord.), *Dicionário de História Empresarial. Séculos XIX e XX*, vol. I: *Instituições Bancárias*, vol. II: *Seguradoras*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013-2014. FERNADEZ CLEMENTE, Eloy, «A história económica de Portugal», *Análise Social*, vol. XXIV, n.ºs 103-104, 1988, p. 1297-1330. FONSECA, Luís Adão da, «Vitorino Magalhães Godinho», *e-journal of Portuguese History*, vol 12, n.º 2, december 2014, p. 63-72. HOMEM, Armando Luís de Carvalho, «A. H. de Oliveira Marques (1933-2007): Historiography and Citizenship», *e-JPH*, Vol. 5, n. 2, 2007, p. 1-9; «Gama



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Barros, Historiador das Instituições Administrativas (No I Centenário do início da publicação da “História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV”)), *Revista da Faculdade de Letras (UP). História*, II série (1985), p. 235-248. Reed. in ID, *Portugal nos Finais da Idade Média: Estado. Instituições. Sociedade Política*, Livros Horizonte, 1990, p. 35-47; «Gama Barros e a historiografia na viragem do século», *Revista Portuguesa de História*, n.º 47, 2016, p. 477-481. IGGERS, George G., *New Directions in European Historiography*, London, Methuen, 1985. LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.), *História Económica de Portugal*, vol. I: O Século XVIII; vol. II: O Século XIX; vol. III: O Século XX, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2005-2008. LAINS, Pedro, *A Economia Portuguesa no século XX. Crescimento económico e comércio externo. 1851-1913*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995; *Os progressos do atraso. Uma Nova História de Portugal. 1842-1992*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais. MACEDO, Jorge Borges de, «João Lúcio d’Azevedo e o seu tempo». Introdução a João Lúcio d’Azevedo, *Elementos para a história económica de Portugal (séculos XII a XVII)*, Lisboa, Gabinete de Investigações Económicas do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, 1967, p. III-XLIV. MAGALHÃES, Joaquim Romero, «De Victorino Magalhães Godinho. Vita, Scriptis et in Advesis Animi Fotitudine», *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1988, p. 1-16. MARQUES, A. H. de Oliveira (Org., prefácio e notas), *Antologia da historiografia portuguesa*, vol. 1: *Das origens a Herculano*, vol. 2: *De Herculano aos nossos dias*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1974-1975; (Organização, prefácio e notas), *Antologia da historiografia portuguesa*, vol. 1: *Das origens a Herculano*, vol. 2: *De Herculano aos nossos dias*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1974-1975 (repetido, aparece tb na bibliografia activa); «HERCULANO de Carvalho Araújo, Alexandre», SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, p. 209-213; «Sérgio de Sousa, António», SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 525-527. MATOS, Álvaro da Costa, «Jorge Borges de Macedo: apontamento biográfico», URL: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt> (acedido em 08-08-2017). MELO, Ana Ávila de e CARDOSO, João Luís, «Virgínia Rau: uma medievalista na Pré-História», *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, vol. XXI, 2014, p. 511-546. MENDELS, Franklin, «Économie. Histoire économique», BURGUIÈRE, André (dir.), *Dictionnaire des Sciences Historiques*, Paris, Presses Universitaires de France, 1986, p. 215-223. MENDES, José Amado e FILIPE, Alda Mourão (coord.), *Empresas e empresários. Estudos do Século XX*, n.º 4, 2004. MENDES, José Amado, “A História Económica e Social nos últimos vinte anos: principais tendências e metodologias”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXIX, 1994, p. 1-32; “Introdução” a SAMPAIO, Alberto, *Obras*, Guimarães, sociedade Martins Sarmiento, 2008; «A renovação da historiografia portuguesa», TORGAL, Luís dos Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 277-243; «A vertente económica na obra e acção martinianas», *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXVIII, 1999, p. 109-123; «Alberto Sampaio: O Homem e o Historiador inovador» (no prelo);



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

«Desenvolvimento e estruturação da historiografia portuguesa», TORGAL, Luís dos Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 161-217; «Portugal agrícola ou industrial? Contornos de uma polémica e suas repercussões no desenvolvimento (sécs. XX-XX)», *Revista de História das Ideias*, vol. 18, 1996, p. 187-230. MENDONÇA, Manuela (coord.), *Jorge Borges de Macedo. Itinerário de uma Vida Pública, Cultural e Científica*, Lisboa, Colibri, 1991. NUNES, João Paulo, *A História Económica na Faculdade de Letras de Coimbra. 1911-1974*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional/Ministério da Educação, 1995. «Obras de Vitorino Magalhães Godinho», *Vitorino Magalhães Godinho, 1918-2011. 18 e 19 de novembro. III Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*. Mostra bibliográfica organizada pela Biblioteca da Faculdade de Economia com a colaboração de Joaquim Romero de Magalhães, Universidade de Coimbra, 2011. PEDREIRA, Jorge, «Godinho, Vitorino Magalhães», *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII: *Suplemento*, Lisboa/Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 100-101; «Macedo, Jorge Borges de», Barreto, António e Mónica, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII: *Suplemento*, Lisboa/Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 405-406. PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo, «A Indústria em Portugal (Notas para um inquérito)», *Arquivos da Universidade de Lisboa*, Lisboa, 1916. PIMENTA, Maria Cristina, «A H. de Oliveira Marques: medieval views», *e-JPH*, vol. 12, n. 2, 2014, p. 53-62. PIRES, Lídia, Maria Cardoso, «A construção da memória. Sobre a história e as histórias com Oliveira Martins», Porto, dissertação de mestrado em Filosofia na FLUP, policopiado, 1997. RAMOS, Rui, «SOUSA, António Sérgio de», BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX: *Suplemento*, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 2000, p. 468-473. «REBELO DA SILVA (Luís Augusto)», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 24, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s/d., p. 537-539. RÉGO, Manuela (Pesquisa, org. e catalogação), *A. H. de Oliveira Marques*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2007. REIS, António, «Serrão, Joel», ROSAS, Fernando e BRITO, José Maria Brandão de (dir.), *Dicionário do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 902-903. REIS, Jaime, «A produção industrial portuguesa, 1870-1914: a primeira estimativa de um índice», *Análise Social*, vol. XX (94), 1986, p. 903-928. RODRIGUES, António Edmilson Martins, «O Achatamento do Brasil e de Portugal. Perfil Intelectual do historiador luso-brasileiro João Lúcio de Azevedo», *Acervo*, vol. 12, n.º 1-2, 1999, p. 37-66. RODRIGUES, NUNES, João Paulo Avelãs e FREIRE, Américo (coord.), *Historiografias portuguesas e brasileiras no século XX. Olhares cruzados*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 375-392. SANTOS, Luís Aguiar, «A História Económica na obra de Jorge Borges de Macedo», *Revista Negócios Estrangeiros*, n.º 11.3, Agosto 2007, p. 21-26. SANTOS, Maria Alcina Ribeiro Correia Afonso dos, *Elites Salazaristas Transmontanos no Estado Novo. O caso de Artur Águedo de Oliveira (1894-1978)*. Dissertação de Doutoramento em Letras, Área de História, especialidade de História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011 (mimeog.). SARDINHA, António, «Gama Barros», *Acção Realista*, n.ºs 10-11, 15 de Novembro de 1925, p. 226-228.

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

«SÉRGIO (António)», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 28, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, 1978, p. 409-411. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Herculano e a consciência do Liberalismo Português*, Lisboa, Bertrand, 1977; SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vols. I a IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963-1971. SILVA, Álvaro Ferreira da, «História Económica», BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII, Suplemento F/O, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 180-184. SOARES, Torquato de Sousa, «Um curso de História Económica pelo Prof. Dr. Charles Verlinden», *Revista Portuguesa de História*, t. III, 1947, p. 671-674. SOUSA, José Manuel Guedes de, *Vitorino Magalhães Godinho: história e cidadania nos anos 40*, Lisboa, policopiado, diss. do mestrado em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012. SUBTIL, José Manuel, «Jorge Borges de Macedo (1921-1996)», *Anais. Série História* (Universidade Autónoma de Lisboa), III-IV, 1997, p. 303-311. TENGARRINHA, José, «NEVES, José Acúrsio das (1766-1834)», SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1968, p. 143-144. TORRES, Rui d'Abreu, «Historiografia na época contemporânea», SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 437-447; VALÉRIO, Nuno e MATA, Eugénia, *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*, Lisboa, Presença, 1994. VALÉRIO, Nuno, «Godinho, Vitorino Magalhães», ROSAS, Fernando e BRITO, José Maria Brandão de (dir.), *Dicionário do Estado Novo*, Vol. I, Círculo de Leitores, 1996.

José Amado Mendes